

# Capítulo III

## Continuidade e inovação na imprensa portuguesa de finais do século XIX: a emergência do jornalismo noticioso

*Tradition and innovation in the Portuguese press at the end of the 19th century: the emergence of news journalism*

**Helena Lima**

Faculdade de Letras da Universidade  
do Porto / CITCEM  
hllima@letras.up.pt  
ORCID: 0000-0003-3023-6412  
Ciência ID: 451F-FE7D-B94A

**Resumo:** Na transição do século XIX para a centúria seguinte, a imprensa periódica foi marcada pelos contextos que favoreceram ou restringiram a sua difusão. A Monarquia Liberal, no plano legislativo, permitiu que os jornais tivessem uma grande expansão ou fossem violentamente reprimidos, dependendo da conjuntura política. O progresso social, a economia e os níveis de escolaridade, que permanecerem em níveis muito baixos, foram igualmente importantes, enquanto impulsionadores de progresso. O jornalismo de cariz político e político-noticioso foi a tendência mais relevante em todo o século. Já num período de transição, a corrente transformadora da industrialização da imprensa permitiu a metamorfose dos jornais e a sua entrada no jornalismo moderno. As mudanças sociais e os novos públicos levaram a inovações progressivas, na transição para o novo século. O jornal que relatava as notícias do dia passou a integrar as lógicas dos diários portugueses. O relato dos factos, os acontecimentos de forte pendor emocional, a reportagem e o enquadramento sensacionalista fariam a sua aparição, conquistando novos públicos e trazendo os títulos portugueses para o campo da imprensa industrializada. Este capítulo trata a evolução da notícia e das matrizes editoriais em quatro jornais diários que se tornariam centenários, nos seus elementos de identidade fundadora, mudança e inovação. O *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Século* e *Jornal de Notícias* são analisados segundo as linhas de evolução características deste período, tendo em consideração os conceitos teóricos que integram a imprensa popular e sensacionalista.

**Palavras-chave:** jornalismo político, liberdade de imprensa, jornalismo noticioso, sensacionalismo.

**Abstract:** In the transition from the 19th century to the following decades, press was marked by the contexts that enhanced or restricted its diffusion. The Liberal Monarchy, through legislation, allowed newspapers either to have a great expansion or to be drastically repressed, depending on the political context. Social progress, the economy and educational attainment, which remained at very low levels, were equally important as drivers of progress. Political journalism or political and news features were the most relevant trend throughout the century. In a period of transition, the transforming current of industrialization of the press allowed changes in newspapers and a path to modern journalism. Social changes and new audiences led to progressive innovations in the transition to the new century. The newspaper that reported the news of the day became part of the logic of Portuguese dailies. The facts, emotional events, the reporting and the sensationalist framework would make their appearance, conquering new audiences and bringing Portuguese titles to the field of the industrialized press. This chapter approaches the evolution of news and editorial formats in four daily newspapers, in their elements of foundational identity, changes and innovation. *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Século* and *Jornal de Notícias* are analysed according to evolution characteristic of this period, also taking into consideration the theoretical concepts regarding popular and sensationalist press.

**Keywords:** political journalism, freedom of the press, news journalism, sensationalism.

### 3.1. Marco histórico e caracterização global da imprensa periódica portuguesa em finais de Oitocentos

A imprensa portuguesa de Oitocentos foi marcada por diferentes elementos estruturantes, que determinaram processos evolutivos e que revelam as fragilidades do jornalismo daquele período, como apontado nos pontos anteriores. Os níveis de alfabetização, o desenvolvimento das cidades e as questões do poder económico da população são alguns desses eixos de desenvolvimento da imprensa periódica. Contudo, as também as questões ligadas à liberdade de imprensa e de expressão acompanharam todo o processo de implantação do Liberalismo e, em consequência, as balizas restritivas impactaram também os periódicos. O

enquadramento legal da imprensa dependeu da vigência do regime constitucional e durante a primeira metade do século, a quase constante guerra pelo poder entre absolutistas e constitucionalistas ou entre as diferentes facções liberais impediram a estabilidade necessária para o funcionamento das instituições ou um marco legal estável.

A nova conjuntura política, iniciada com a Regeneração, veio favorecer o movimento publicista e as iniciativas de criação de novos periódicos. Em virtude da consolidação do regime liberal e da nova estabilidade política, foram garantidas, globalmente, as condições de liberdade de imprensa, dando assim seguimento à tendência que se tinha iniciado com a Revolução Vintista. Contudo, a Monarquia Constitucional teve também legislação restritiva, nomeadamente no reinado de D. Carlos. A nova liberdade de imprensa favoreceu a publicação de novos títulos e permitiu que os jornais cumprissem a sua função de difusão do ideário político, bem como educacional. Até ao *Ultimatum Britânico* foi mantida esta perspetiva legal. Em 1890, o clima de boatos levou à publicação em *Diário do Governo* de medidas adicionais de responsabilização criminal por parte dos jornais: “Senhor. — Os abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periodica augmentam e aggravam-se de dia para dia á sombra de quasi constante impunidade. Escrevem-se as maiores injurias contra o systema monarchico representativo fundado na carta constitucional e nos seus actos addicionaes, offende-se a pessoa do Rei (...)” (*Diário do Governo*, N.º 76 de 29 de março de 1890). No declínio da Monarquia Constitucional sucederam-se uma série de iniciativas de restrição à liberdade de imprensa, que culminaram com a legislação aprovada durante a ditadura de João Franco. O *Diário de Governo* de 21 de junho estipulava: “Artigo 1º — É proibida a circulação, exposição ou outra forma de publicidade dos escritos ou desenhos ou impressos atentatórios da ordem ou segurança publica. Artigo 2º — Os governadores civis deverão suspender a publicação dos periódicos que se acharem incursos na disposição do artigo anterior.” Esta legislação seria revogada em 1908. Do ponto de vista legislativo, e de acordo com Franco (1993, pp. 33), a imprensa foi o sustentáculo do regime monárquico constitucional, mas também a razão do seu fim.

O enquadramento legislativo foi muito importante para a criação de uma dinâmica favorável para os jornais, na segunda metade de Oitocentos. As novas publicações seguiram as lógicas temáticas do período precedente e o propósito político continuou a ser a linha editorial dominante. A função do jornal e dos jornalistas era a defesa de uma causa, de uma ideologia, pelo que os novos títulos defendiam uma ou outra facção das forças políticas em luta pelo poder. Contudo, muitas destas publicações tinham um período de vida curto, por vezes apenas com o número de lançamento. A exceção, em termos de longevidade foi o jornal *A Revolução de Setembro* (1840-1889), que conseguiu prevalecer numa época em que imperavam as iniciativas de curta duração, sustentadas pelo mecenato político.

A grande maioria das novas publicações editava-se em Lisboa, seguida pelos periódicos do Porto. Durante o último quartel do século XIX, houve também um grande impulso no aparecimento das folhas de jornalismo local. Para além do jornalismo político, verificou-se a

continuidade e afirmação de um publicismo especializado, que de alguma forma espelhava a dinamização da sociedade portuguesa, quer da vida material, quer social e cultural. A linha editorial de difusão de ideias e especialização temática, que anteriormente se tinha pautado sobretudo pelos jornais literários e científicos, ganhou uma maior diversidade e um novo fôlego resultante das condições da liberdade de imprensa.

A par de publicações de carácter mais lúdico, outros títulos com uma intenção pedagógica clara, provenientes do período anterior ou novos lançamentos, vieram promover o enriquecimento cultural dos portugueses, numa imprensa dita de difusão de conhecimento. Por outro lado, vários dos periódicos publicados podiam aliar diferentes intenções editoriais, assumindo designações como “científico e literário”, “literário e noticioso” ou “noticioso e político”, a título de exemplo. Tratava-se não só do espírito que animava a época, mas também de alguma indefinição em termos de lógica temática, em que os conteúdos anunciados e o público-alvo se articulam de forma direta.

Durante a segunda metade do século XIX, uma grande parte dos novos jornais continuou, ainda assim, a ser de orientação política. Para além das famílias liberais defendidas em publicações de maior vulto, como a mencionada *Revolução de Setembro* ou *Primeiro de Janeiro*, lançado no Porto, na sequência da Revolta da Janeirinha, em 1868, muitos outros títulos de jornalismo político foram surgindo em Lisboa e Porto, mas também nos Açores. No último quartel do século XIX, a imprensa operária foi já influenciada pelos movimentos revolucionários europeus, mas também pelo desenvolvimento industrial que deu lugar ao aparecimento de publicações por setor, como foi o caso da *Voz do Operário*, lançado em 1879, e ligado à indústria do tabaco.

Associado ainda ao jornalismo político, surgiram as publicações satíricas, que faziam sobretudo a caricatura da classe política, como o *Álbum das Glórias* (Lisboa, 1880-1902), *O António Maria* (Lisboa, 1879-1899), *Os Ridículos* (Lisboa, 1895-1898) ou *O Charivari* (1886), publicado no Porto.

Com o desenvolvimento das artes gráficas e da impressão, as revistas ilustradas ganharam também um público fiel. De acordo com Sousa (2017, pp. 303 e seguintes), no período de transição do século XIX para XX, as revistas gráficas passam a ter a componente de atualidade. Estas publicações terão contribuído para o “aprimoramento e expansão” das tecnologias da gravura, da fotografia e impressão, o que acabaria também por ter impacto na imprensa periódica generalista. O mesmo autor refere os títulos *O Ocidente: revista Ilustrada de Portugal e Estrangeiro* (1878-1915), *Branco e Negro* (1896-1898), *Brasil-Portugal* (1899-1914) e *Ilustração Portuguesa* (1903-1931), além de outras mais tardias. Esta última é destacada por ser a mais conhecida, pelo volume da sua representação imagética, mas também pela cobertura fotojornalística.

Houve uma continuidade em termos de jornais literários e de entretenimento, como os musicais ou de modas, igualmente beneficiados pelas melhorias gráficas. Por outro lado,

prosseguiu a tendência de publicação de periódicos especializados e que se acentuaria até ao final do século, constituindo uma das vertentes de maior incidência, como o aparecimento de novos títulos na área da medicina e da farmácia. Surgiram também periódicos especializados em temas jurídicos. Toda esta variedade traduzia de alguma forma o ambiente vivido à época: dadas as novas áreas de atividade e a necessidade de as regulamentar, justificava-se a criação de novos códigos legais que enquadrassem as novas instituições, fossem elas civis, políticas ou económicas. As novidades do empreendedorismo provocaram debates em que as partes interessadas eram chamadas a intervir e o publicismo especializado serviu bem este propósito.

O principal desafio para quem criava um novo jornal era a sua implantação, em termos de público. Num país tão profundamente marcado pela pobreza e pelo analfabetismo, a leitura dos periódicos era coisa de gente rica ou de políticos. O jornal era comprado por um leitor, mas cada exemplar era difundido por várias pessoas, podendo inclusive ser lido em voz alta no grupo da família ou círculo social próximo. A venda dos jornais fazia-se tendencialmente por assinatura, em detrimento da venda avulsa, pelo que pressupunha poder despende de uma verba considerável para empatar por seis meses ou um ano.

O meio favorável às vendas por excelência era a cidade, com todas as rotinas que ela envolve, todos os motivos de notícia que despertam a curiosidade do público. As urbes portuguesas tardaram muito em adquirir esta feição, mantendo-se muitos dos costumes provincianos. Isto implicou que muito tardiamente se criassem as condições para o aparecimento do jornalismo noticioso, onde o pregão do dia anunciava as últimas e a edição era paga pela publicidade.

Os próprios profissionais tardaram em aceitar a nova lógica noticiosa. À imagem do que se verificou em França, o meio jornalístico português encarava o modelo informativo moderno como uma forma menor do exercício da profissão e, como tal, a discussão arrastou-se e as mudanças tardaram a ser implementadas.

Nesse sentido, o projeto de Eduardo Coelho, apesar de muito criticado, foi a exceção e como referido, muito bem aceite pelo público e cedo se revelou um empreendimento de sucesso.

Esta descrição corresponde à forma de afirmação iniciada nos países anglo-saxónicos, ainda durante os anos 30 do século XIX: conteúdos apelativos, a baixo preço, onde o fator da atualidade passou a ser determinante. O público, agora cada vez mais amplo em função da alfabetização, gerou um novo mercado onde a “penny press” venceu em função de vários fatores: ia ao encontro não só das novas temáticas que a cidade fornecia, mas também do interesse que elas suscitavam nos leitores não tradicionais; ao ser acessível a um maior número de pessoas teve também o engenho de captar o interesse dos anunciantes e assim capitalizar-se para poder evoluir para modelos tecnicamente melhor elaborados; graças à nova maquinaria foi possível responder ao aumento da procura, que atingiu níveis notáveis, até que a rádio se afirmou como um concorrente sério.

Passando por diversos ciclos de evolução, a imprensa popular constituiu-se com o grande meio de comunicação de massas, mas também como um novo sector empresarial

altamente atrativo, já que os títulos que se enquadravam na lógica do “yellow journalism” de Randolph Hearst, podiam chegar ao meio milhão de exemplares de tiragem diária. A Grã-Bretanha conseguiu o mesmo tipo de resultados através da criação dos tabloides, em particular nos “chain newspapers” (Curran & Seaton, 1991), como foi o caso do império dos irmãos Harmsworth. Isto não significa que as grandes tiragens se confinassem apenas ao jornalismo popular. Os vários jornais adotaram o modelo noticioso, sendo que o que se verificou foi uma distinção inicial de o que eram os jornais de referência, como *The New York Times* ou *The Times*, e os jornais como *The New York Journal* ou o *Daily Mail* mais dirigidos às grandes camadas mais incultas.

O resto dos países europeus tiveram maiores reticências em optar pela vertente noticiosa, fosse pelo impedimento constituído pela falta de liberdade de expressão, fosse pelo peso do jornalismo ideológico e pela dificuldade que o meio teve em aceitar a transformação do papel da imprensa. Contudo, o jornalismo popular acaba por emergir nos diferentes países europeus, embora devidamente enquadrados por cronologias distintas e contextos políticos, económicos e culturais próprios, sendo a linhas de desenvolvimento ligadas aos modelos jornalísticos tradicionais (Cawley, *et al.* 2019).

A mudança de comportamentos tardou em implantar-se em Portugal. A questão da difusão/ venda permaneceu como um obstáculo, dados os níveis de analfabetismo dos portugueses. Assim, a manutenção dos títulos garantia-se pela existência de uma segunda linha alheia aos responsáveis editoriais, a dos capitalistas, que por interesse ou persuasão, acarretavam os custos da impressão. Quando esse suporte deixava de existir, os jornais fechavam e os seus responsáveis, tarde ou cedo, davam início a um novo projeto que obedecia à lógica do anterior.

No Porto como em Lisboa, estes jornais estavam normalmente ligados a linhas propagandísticas das correntes partidárias e a sua criação e fecho faziam-se muitas vezes ao sabor das alianças ou cisões políticas. Também por estas razões as áreas de difusão eram circunscritas, limitadas aos que se identificavam com as correntes de pensamento expressas. Na segunda metade do século XIX, esta continuou a ser a tendência editorial dominante, ainda que, embora dando um maior realce às questões políticas, o espaço impresso passou a ser salpicado por matérias noticiosas de outra ordem, o que tornava a sua leitura mais aliciante para um público mais amplo. Além de haver, por exemplo, uma maior preocupação com o que se passava no estrangeiro, incluíam-se também temas do dia-a-dia que de alguma forma traduziam uma alteração à normalidade. Por outro lado, os jornais passaram a dar cada vez mais espaço aos anúncios, o que seria o caminho para encontrar o bem-estar económico indispensável à sua sobrevivência.

O *Comercio do Porto*, na sua primeira década, como referido, foi bem o espelho desta realidade, ainda que não se possa integrar na categoria dos jornais de raiz partidária. As notícias de fundo, relacionadas direta ou indiretamente com a atividade económica, preenchiam

quase metade da área de impressão. O internacional era assegurado pela inclusão de trechos de jornais estrangeiros da mesma área editorial. Havia um grande destaque para a agenda do movimento portuário e dos preços e o restante era preenchido por anúncios. A sobrevivência dos projetos editoriais dependia da necessidade da sua manutenção, enquanto órgãos de pressão. Omnipresente e maioritário permanecia o jornalismo ideológico que ganhou maior incremento com a difusão do ideal republicano. Muitas das novas folhas surgiram com este objetivo e nelas colaboraram figuras destacadas da República.

A vida dos jornalistas era difícil, uma vez que os salários eram baixos e pagos tardiamente. Era normal os colaboradores mais destacados viverem com grandes dificuldades. As redações eram pequenas e nelas trabalhavam um ou dois redatores, a que se juntavam os “informadores”. A estes cabia fazer a cobertura dos acontecimentos da cidade: a polícia, a Câmara, e outros aspetos considerados menores. Havia ainda os colaboradores que eram muitas vezes os que faziam a crónica, folhetins, traduções e mesmo revisão.

A divisão de tarefas era muitas vezes diluída em função da restrita dimensão dos jornais. O espaço a preencher foi, durante muito tempo, de quatro folhas, uma vez que não havia rotativas. Portanto, o corpo redatorial era necessariamente reduzido. Só quando se produziu o investimento em nova maquinaria e a alteração do formato dos jornais mais do que o aumento da paginação, é que se passou a justificar a contratação de mais profissionais, o que também permitiu uma maior diversificação dos temas tratados.

Embora houvesse diversidade de publicações e respetivos conteúdos houve, na perspetiva do papel da imprensa portuguesa uma dicotomia que opunha os jornalistas literatos e defensores de causas aos novos membros dos jornais, contratados para escrever notícias, numa perspetiva classista em que os conceitos de alta cultura e baixa cultura tipificam os modelos divergentes. Como refere Sousa (2016), as elites rejeitavam as publicações periódicas que não atuassem como uma arma ideológica e desprezavam os modelos de negócio, em que a posição de neutralidade face às causas políticas era uma prática comum. Intelectuais, políticos e empresários de imprensa viam esta nova linha editorial como uma decadência do jornalismo sério.

Apesar das desconfianças em relação à vocação informativa, gradualmente, os diferentes títulos nacionais começaram a incorporar notícias de acontecimentos, muitas vezes replicados de jornais estrangeiros, outras vezes factos ocorridos em Portugal, o que despertou o interesse de uma audiência mais ampla. Mas a matriz ideológica continuou a ser a dominante e o desenvolvimento do jornalismo noticioso em Portugal foi lento.

### 3.2. O novo jornalismo popular e noticioso e os seus conceitos definidores

Na viragem do século XIX em Portugal e no período seguinte, houve uma mudança nos principais jornais políticos portugueses, que acabaram por seguir a tendência da imprensa popular internacional. As capas passaram a incluir mais notícias em detrimento das temáticas partidárias, desenvolveram uma maior diversidade de assuntos e incluíram ilustrações e novos tópicos mais apelativos (Campbell, 2001). Essa nova abordagem atraiu um público mais amplo. Artigos com “interesse humano” chegaram às primeiras páginas, assim como os eventos de grande impacto. No plano gráfico, as capas tornaram-se muito mais atraentes, o que conquistava a atenção de públicos mais diversificados. A imprensa evoluiu para um formato mais informativo, com imagens e novidades que despertavam a curiosidade dos leitores.

Esta evolução tardia parece indicar que os formatos de sensacionalismo ou jornalismo tabloide, típicos da imprensa popular anglo-saxónica do final do século XIX, não encontraram uma conjuntura favorável no caso português. Apesar disso, algumas das construções narrativas características deste fenómeno, acabaram por ser adotadas por alguns diários nacionais, como foi o caso do *Jornal de Notícias*. Embora não se possa afirmar a emergência duma imprensa de perfil editorial sensacionalista, pode-se apontar, por exemplo, a inclusão quase sistemática de “soft-news” ou “fait-divers” que de alguma forma denotam influência deste jornalismo mais popular, no sentido de um discurso e temáticas mais próximas das classes menos ilustradas (Conboy, 2006). Na conceptualização da “penny press” ou “yellow journalism” destacam-se alguns elementos-chave que permitem a identificação deste formato: menos “hard news” e mais “soft news” (Esser, 1999, Patterson, 2000).

As notícias passaram a contar mais acontecimentos sobre a vida das pessoas comuns. Desenvolveu-se um maior interesse sobre aspetos da vida privada (Sparks, 2000). Houve um maior enfoque sobre os acontecimentos nacionais e menos noticiário internacional (McLachlan & Golding, 2000; Conboy, 2006). O formato ganhou mais importância que o conteúdo (McLachlan & Golding, 2000), o que foi impulsionado pelas melhorias gráficas, a inclusão de imagens e a o aparecimento de títulos em tipos de letra distintos do corpo de texto.

### 3.3. Os jornais portugueses, a notícia e as novas opções editoriais

Quatro jornais portugueses deste período refletem tendências, mais ou menos evidentes, de evolução do jornalismo noticioso na viragem do século XIX e inícios da centúria seguinte. O *Diário de Notícias* manteve a linha editorial que caracterizou o seu lançamento, enquanto que *O Comércio do Porto* pouca inovação introduziu no seu *layout* e conteúdos. O *Jornal de Notícias* e *O Século*, lançados com objetivos políticos declarados, acabaram também por adotar a vertente informativa anteriormente enunciada, sendo que o *JN* foi o exemplo em que o jornalismo popular esteve mais presente.

O *Comércio do Porto* foi lançado em 2 de junho de 1854, por um grupo de pessoas ligadas à Associação Comercial do Porto. Na folha de lançamento afirmava a necessidade de um jornal especializado no “Comércio, Agricultura e Indústria” e na “prosperidade das sociedades modernas” (*O Comércio do Porto*, 2 de junho de 1854). O *Comércio* também pretendia falar em nome da região Norte e de todos os seus interesses económicos, mantendo, no entanto, a sua independência política.

Aos poucos, tornou-se mais moderno e mais próximo de um modelo de notícias. A reorganização do *layout* levou a uma melhor distribuição do espaço de impressão. A edição diária tinha quatro páginas e uma reportagem de capa na primeira página, e em baixo um folheto. A segunda e a terceira página apresentavam uma mistura de assuntos: notícias do estrangeiro, geralmente retiradas de outros jornais, o comércio marítimo e de carga no porto do rio Douro e outras informações económicas semelhantes. A última página tinha notícias curtas e anúncios, alguns com pequenas gravuras. Era, de aspeto geral, uma mancha de texto, com pequenos separadores de gráficos. Esta característica tendeu a suavizar-se com as melhorias gráficas. Com mais espaço para publicação, a separação entre as notícias ficou mais evidente pelo uso de diferentes tipos ou pelo espaçamento.

As questões económicas e políticas eram a agenda central do *Comércio*, mas a inclusão de noticiário acabaria por acontecer e o diário ganhou um discurso mais crítico. Em março de 1890, sob o título “Constitucionalismo à Portuguesa” o leitor podia detetar um tom geral de ironia relacionada com medidas repressivas do governo: “Alguns podem pensar que há censura prévia [que é] proibida por lei. Nós, que sempre procuramos explicar coisas eufemísticas, achamos que não se trata de censura prévia.” (*O Comércio do Porto*, 4 de março, 1890)

O tom crítico também ficou claro nas notícias de um tratado de comércio e navegação celebrado entre Portugal e Grã-Bretanha, em março de 1880. As observações foram dirigidas às autoridades portuguesas por não conseguirem planear com antecedência e compreender a importância da cabotagem para o comércio colonial, muito significativo para os interesses portuenses.

A banca foi abordada em muitos artigos, pois esta atividade cresceu em importância, mas também sofreu uma falência generalizada na década de 70. Para este diário, uma das suas principais funções era apoiar o comércio: “Quanto ao montante do crédito comercial, os bancos estabelecidos em Portugal podem falar pelo seu volume no auxílio ao comércio. No entanto, sendo o crédito um dos mais importantes agentes do comércio nacional e internacional é claro que não pode ser mantido na sua plenitude e aumentado como tem feito sem o reconhecimento dos seus méritos na defesa do comércio (...).” (*O Comércio do Porto*, 2 de novembro, 1872)

A linha editorial séria manteve-se como principal característica, mas este jornal portuense acabou por incluir também pequenas notícias de eventos locais com uma abordagem mais “humana”. No entanto, o estilo de escrita manteve-se. Uma notícia sobre uma luta entre

populares foi apresentada de forma bastante factual: “Na taberna de José Francisco, José Fernandes «o russo» do Louro [a aldeia] e Manuel Ferreira espancaram António Correia Pedrosa que foi tratado. A justiça agiu contra os agressores, ficando um deles na cadeia.” (*O Comércio do Porto*, de 3 de abril, 1890)

O primeiro número do *Jornal de Notícias*, saído a 2 de junho de 1888, manifestava a intenção clara de defesa da linha partidária: “O nosso jornal combate nas fileiras do partido regenerador. Nem representa qualquer individualidade, por muito que ella se imponha dentro do partido; nem favorece os agrupamentos parciaes, porque desadora qualquer fragmentação que roube a força que só uma completa unidade pode dar.” Este diário propunha-se esclarecer a opinião pública e acusava os vários periódicos da cidade de estarem ao serviço de entidades e interesses escamoteados. Criticava ainda o exercício da política, mas defendia os governos regeneradores.

Ainda assim, o período dominado pela controvérsia política foi necessariamente mais curto do que nos demais jornais partidários. Desde cedo optou por uma abordagem popular de notícias, e a factualidade cotidiana tornou-se um dos focos da agenda. Assim, o *Jornal de Notícias* foi lançado no Porto, numa altura em que a cidade iniciava um período de crescimento e melhorias urbanas. Foi também o terceiro dos três jornais centenários que fizeram parte da história da cidade e o único que sobreviveu às grandes transformações da imprensa no final do século XX (Lima, 2012). A iniciativa de criar um novo jornal de perfil partidário foi tomada quando a cidade do Porto apresentava um novo dinamismo em termos de crescimento demográfico e desenvolvimento industrial. Estes fatores de modernidade eram, ainda assim modestos, e a concentração populacional nunca atingiu os níveis de Lisboa.

Apesar do crescimento urbano, as condições de vida das pessoas eram difíceis e além da pobreza, a população adulta tinha níveis altos de analfabetismo, à imagem do que se vivia no resto do país. O Porto modernizou-se, abriram novas ruas e construíam-se edifícios grandiosos, como o palácio das Cardosas, o palácio de Cristal ou a estação de São Bento. Contudo, faltavam infraestruturas sanitárias, iluminação e policiamento e a cidade tinha ainda, muitos traços de ruralidade. O novo urbanismo trouxe consigo os pequenos factos que seriam fonte de notícia, como os pequenos dramas passionais, acidentes, naufrágios, incêndios, cheias que passaram a constar das páginas da imprensa.

O *Jornal de Notícias* adotou progressivamente a orientação editorial de cariz popular, mas esta evolução deve ser considerada dentro do devido enquadramento temporário. Significa isto que, não apresentou todas as características enunciadas pelos diferentes autores quando se referem ao modelo de sensacionalismo ou ao formato tabloide típico da imprensa anglo-saxónica atual, nem mesmo se pode comparar aos grandes jornais popular da viragem do século, como o britânico *Daily Mirror* ou o americano *The New York Journal*, quando atingiam as inigualáveis tiragens daquele período. Não era essa a matriz editorial do JN, nem nunca o seu formato chegou a esses extremos e muito menos os níveis de circulação, nem mesmo

para os parâmetros nacionais. Salvaguardando as devidas distâncias, este diário apresentou um processo gradual, em que se pode constatar a inclusão de *soft news* e a inclusão de temáticas de enquadramento mais dramático passaram a fazer parte da sua agenda diária.

A orientação editorial partidária esteve sempre presente nos primeiros anos deste diário, mas este projeto surgia num período em que a imprensa nacional se deixava já influenciar pelos formatos mais noticiosos que vingavam no estrangeiro. Por outro lado, o sistema de rotativismo típico deste período do liberalismo português estava já em declínio e a grande crise política de 1890, o *Ultimatum* Britânico, estava já a desenrolar-se e com responsabilidades para os dois partidos que alternavam no poder.

Apesar dos artigos de fundo se terem mantido, o período em que o *Jornal de Notícias* insistiu nas temáticas partidárias foi necessariamente menor que o dos seus predecessores. O declínio da política rotativista pode explicar, em parte, o atenuar da agenda política. Pode-se dizer que o *JN* ensaiou duas linhas narrativas, a inicial, política e defensora dos Regeneradores, e uma segunda que se foi instalando gradualmente, em que o tom discursivo é dirigido a outros públicos mais amplos. A inclusão de novos conteúdos no *Jornal de Notícias* não foi drástica nem repentina, resultando eventualmente também do período de transformações na cidade do Porto. Assim, o *JN* acabou por apresentar uma simbiose de estilos e intenções. Por outro lado, dado o seu lançamento mais tardio, houve também vantagens de formato: era grande e de mais fácil leitura, permitindo também mais informação.

Inicialmente tinha quatro páginas e a primeira começava justamente pelo artigo de fundo, de carácter político. Em baixo publicava-se o “Folhetim”, que começou por ser uma tradução de romances estrangeiros, mas cedo deu lugar romances nacionais, que eram anunciados repetidamente em vários números. Outras temáticas eram tratadas nas páginas seguintes, sem separações ou ordem aparente: questões internacionais, notícias de agenda e outras. A segunda página seguia a mistura temática e a terceira e quarta eram total ou parcialmente ocupadas com anúncios, que rapidamente chegaram a preencher 50% do jornal. A publicidade denota a sua boa difusão, mas também o êxito em termos de negócio. O preço de lançamento era de dez reis, à imagem do *Diário de Notícias*, o que de alguma maneira o retirava do grupo dos jornais caros das elites. Por outro lado, o *JN* contou com a colaboração de figuras da intelectualidade nacional e portuense, como Pinheiro Chagas, Gomes Leal, Maria Amélia Vaz de Carvalho ou Oliveira Martins, que às segundas-feiras colaboravam na página literária.

A conquista do público feminino passou também pela inclusão de uma “Crónica de Modas”, notícias sobre danças da moda, acompanhadas de gravuras ilustrativas. Em 15 de janeiro de 1903, por exemplo, o *Jornal de Notícias* publicava “O bakewalk”, em que a dança era explicada com gravuras. Os artigos com conselhos de beleza e o combate às rugas iniciaram uma tendência que nunca perde atualidade.

A vertente informativa contribui para a conquista de novos leitores e assim se pode entender a inclusão de reportagens que trataram os grandes acontecimentos do final do século XIX.

As políticas de desenvolvimento da cidade tiveram também espaço editorial, lado a lado com a defesa dos interesses da população. Criticava-se a falta de policiamento, de transportes e de outras medidas contribuía para que a toda a vida urbana melhorasse, como a iluminação, saneamento e o fornecimento de água. As campanhas de solidariedade constaram das iniciativas do jornal na angariação de fundos para as situações mais desesperadas, estratégia comum aos vários grandes diários nacionais. As iniciativas faziam-se para auxílio de situações específicas de desespero ou campanhas de solidariedade, típicas dos jornais deste período.

As páginas do *Jornal de Notícias* não foram preenchidas apenas com notícias sobre a cidade. Havia também artigos com uma intenção pedagógica, onde se condenava a linguagem vernácula, que já então ofendia os ouvidos de quem passava pelo centro urbano. Criticavam-se também as escaramuças entre gente baixa condição e, de uma maneira geral, apontavam-se outros aspetos pouco simpáticos da vida urbana, que traduziam má-fé ou comportamentos de incivilidade.

Para além da informação séria e do debate político, o *JN* incluiu, desde cedo, o tom popular. Este era dado pelo romance cor-de-rosa publicado no folhetim e pelos títulos “A rir” e “Notas alegres”. A ridicularização dos temas políticos teve também a sua abordagem, nomeadamente pelo aparecimento das “gazetilhas”, onde pontificou Acácio Paiva, um dos jornalistas que fez também parte do período inicial do jornal. A vertente popular viria gradualmente a ser acentuada pela inclusão de outras temáticas e rúbricas, mas foram as notícias sobre acontecimentos dramáticos e o tom textual que introduzem um enquadramento mais sensacionalista.

Inicialmente, o *Jornal de Notícias* começou por publicar relatos retirados de jornais estrangeiros, como foi o caso de um episódio de humor a e que foi copiado do famoso *Tit-Bits*, em que o papagaio de um capelão terá dito “ugly, ugly woman”, referindo-se à Rainha Vitória (*Jornal de Notícias*, 25 de agosto, 1898). A inclusão de notícias internacionais replicadas de outros jornais que se referiam a personalidades da realeza denota a adoção de uma linha editorial idêntica à dos jornais populares da época. “Amor de princesa”, título que parece tirado de um romance de cordel, referia-se, de facto, a um namoro fora do habitual: “Parece que não é blague, mas uma verdade incontestável, estar a princesa Victoria, filha do Príncipe de Gales, perdidamente enamorada de um simples burguês, a quem prefere a todos os príncipes, duques e aristocratas pimpolhos da velha Europa” (*Jornal de Notícias*, 26 de agosto, 1898). O interesse sobre aspetos privados da vida de figuras públicas passou a ser uma das características do *JN* nesta fase, fosse pela revelação deste tipo de episódios, fosse pelo enfoque quase diário em situações de maior carga emocional.

Paulatinamente, notícias do mesmo tipo passaram a ser incluídas com maior frequência, algumas de âmbito nacional. Considerando os parâmetros de Sparks (1998) “quantidade” e “protagonismo”, enquanto elementos de análise de conteúdo nos efeitos da tabloidização, o *Notícias* utilizou formatos narrativos nos quais a experiência individual imediata e os

“fait-divers” foram sendo adotados de forma recorrente. Esta tendência é ainda acentuada pela apresentação gráfica, com mais ilustrações e separação e destaque de temáticas. Os relatos de acontecimentos mais espetaculares foram acompanhados por uma mudança no discurso, que se tornou mais coloquial (Esser, 1999).

Apesar dessa transformação, do aumento dos elementos emocionais e da mudança nas narrativas jornalísticas, nunca houve um distanciamento total das notícias sérias, que cerca de uma década continuaram a ocupar parte da capa e mantinham espaço de publicação nas páginas seguintes. Essa dupla orientação editorial está também presente nos textos que apresentavam duas linhas distintas: o tom austero manteve-se nas notícias e temáticas sérias, típicas das editoriais de Política, Internacional e Economia. Em paralelo, a escrita para notícias de “fait-divers” e relatos de crimes ou factos de atualidade era muito mais de apelo às emoções e reações primárias dos leitores. Esse estilo esteve presente nos relatos sobre as tragédias humanas, destacando-se a abordagem emocional, em que o sofrimento ocupava o centro do interesse público. As notícias dramáticas adotaram narrativas com uma carga emocional muito forte, por vezes com um tom mórbido, que rompeu com o estilo austero do jornalismo tradicional do Porto.

Os protagonistas destes acontecimentos eram muito diferenciados. Replicadas de jornais internacionais, figuras da nobreza e das monarquias europeias eram frequentemente personagens centrais da emotividade narrativa, justamente pelo seu destaque em termos de representação pública. Uma das temáticas com forte valor de notícia foram os ataques a vários elementos das monarquias europeias, que fizeram parte da agenda noticiosa deste período. A 3 de setembro de 1898, o *JN* noticiava que a imperatriz Isabel da Áustria tinha sido assassinada, por esfaqueamento. Esta notícia foi tratada com todos os detalhes, em dias sucessivos, com abundância de pormenores: “Depois de vibrar a punhalada na vítima, o assassino fugiu.” Nos diversos números, os textos eram longos, com subtítulos e pontos mórbidos, como: “O cadáver [subtítulo] da soberana, vestido de branco e envolto num lençol foi metido num tríplice capitonado de cetim também branco “. Outro subtítulo que procurava explicar o ambiente do funeral:” O desfile do sentimento” (*Jornal de Notícias*, 15 de setembro, 1898)

A morte, fosse por assassinato ou por suicídio foi um tema constante. Uma notícia copiada do *Daily Telegraph* referia o julgamento de um caso que chocou a opinião pública: “Começou no tribunal de Bourg, o julgamento de Vacher, o hediondo matador de pastores, cujos crimes em tempos relatamos minuciosamente.” (*Jornal de Notícias*, 18 de setembro, 1898). Dentro da mesma lógica dos crimes que chocavam e assustavam a opinião pública, deram-se também notícias sobre Jack, O Estrupador. (*Jornal de Notícias*, 1 de setembro, 1898).

Outra notícia de impacto internacional, o caso Dreyfus foi tratado de forma continuada em diferentes números do jornal. O suicídio do capitão Henry foi descrito minuciosamente e publicada a carta em que expunha as razões porque punha fim à vida. Este episódio foi acompanhado por uma ilustração (*Jornal de Notícias*, 2 de setembro, 1898). Estas histórias tinham

um efeito forte sobre os leitores, dada a evidente carga dramática, que por vezes adotava um certo tom mórbido, que rompeu com o estilo austero do jornalismo do Porto. Além das elites europeias, o *JN* relatava outras desgraças, como a de uma jovem francesa: “Uma rapariga de 15 anos, engomadeira, tendo uma contrariedade, resolveu matar-se. Deitou dois litros de uma essência e besuntou-se com o líquido.” (*Jornal de Notícias*, 22 de dezembro, 1898) O suicídio foi uma temática recorrente, em que as personagens eram das mais diferenciadas, abrangendo todas as classes sociais.

Os dramas humanos que chocavam a opinião pública europeia e contados a partir de jornais estrangeiros foram a inspiração narrativa que o *Jornal de Notícias* seguiu, ao incluir na sua agenda e em formato de notícia ou reportagem, acontecimentos da vida do Porto e do país, onde o mesmo enquadramento emocional estava presente. Estes casos, contados com pormenor e que chocavam a opinião pública terão contribuído para o afirmar desta linha editorial popular. Assim, uma multiplicidade de acontecimentos foram retratados e deram conta de como se podia associar os aspetos emotivos às notícias da vida cotidiana.

Esta abordagem editorial também esteve presente nas notícias sobre crimes passionais. Em regra, estes casos eram chamados à primeira página e o desenrolar dos acontecimentos era narrado com muitos detalhes, declarações dos envolvidos e por vezes com gravuras que explicavam os dramas e retratavam as personagens envolvidas. A título de exemplo, “O crime de Vila Nova de Gaia”, apresentado aos leitores do *JN* como um exclusivo. A notícia teve tratamento continuado durante vários dias e os formatos discursivos e gráficos reforçaram a relevância do tema. Em dias seguidos o jornal fez e repetiu a cronologia dos acontecimentos e deu também destaque aos aspetos considerados mais importantes. Os textos estavam repletos de emoção, bem como juízos de valor, patentes pela adjectivação exagerada. O tom mórbido pôde ser identificado em vários momentos, mas a seguinte descrição é eloquente: “Entretanto o Teixeira evadia-se, o Serafim erguendo-se a escorrer sangue que lhe saía aos borbotões pelo golpe recebido, e sem poder articular mais do que uns gritos roucos, abafados pelo sangue que lhe saía às golfadas pela boca, foi cair próximo à capelita da invocação da Senhora da Piedade, que se acha erecta frente à praia (...)” (*Jornal de Notícias*, 17 de julho, 1900).

As mortes relacionadas com paixão e ciúmes eram muito tratadas pelo *Jornal de Notícias*, que apontava a traição como justificação destes dramas, sendo os crimes muitas vezes seguidos de suicídio. Segundo a mesma lógica noticiosa, o *Jornal de Notícias* contou a história de um casal que sofreu um final muito dramático: “O noivado da morte. Detalhes trágicos. Dois tiros de revólver [em subtítulo] “É uma tragédia que emociona profundamente, pois constitui uma página do romance de amor tão impressionante como tantos que se escreveram noutros tempos.” (*Jornal de Notícias*, 4 de dezembro, 1905) Outra notícia do mesmo tipo: “Drama sensacional. Tentativa de assassinato e suicídio [título]. O Albino, obcecado pelo ódio que intimamente nutria contra a esposa, resolveu por em prática O CRIME.” (*Jornal de Notícias*, 20 de setembro, 1900) A temática de crimes era constante, fossem nacionais ou estrangeiros, sendo os ciúmes e adultério a causa

dos atos tresloucados. A 22 de janeiro o jornal reportava: “Um drama de ciúme. Amores contrariados, um louco de paixão. Tentativa de assassinato e suicídio. Pormenores emocionantes (...) Como Henrique matou a Micas.” (*Jornal de Notícias*, 22 de janeiro, 1903)

Para além dos crimes, os acidentes, incêndios e julgamentos contribuíam para também despertar a atenção do público: “Dois descarrilamentos na Ponte D. Maria Pia. Grande pânico. (...) Os maquinistas viram logo do que se tratava e um grande terror os tomou. O comboio foi rodando estrepitosamente, num fragor medonho.” (*Jornal de Notícias*, 21 de maio, 1903). Acontecimentos deste tipo, considerados de grande impacto, eram acompanhados de gravuras, como é o caso de um fogo na Rua das Flores: “Um incêndio pavoroso. Terrível explosão numa drogaria. A cidade alarmada.” (*Jornal de Notícias*, 12 de junho, 1903). Narrativas sobre casos sensacionais, descritos com emoção e que captavam a atenção dos leitores.

Os mesmos temas populares, sensacionalistas podem também explicar a insistência do *Jornal de Notícias* no espiritismo. Esta temática apareceu inúmeras vezes neste diário e o enquadramento era de que seria um facto comprovado o aparecimento do espírito uma mãe que esteve na origem do salvamento da filha. A notícia era ainda ilustrada com uma gravura do centro espiritismo do Porto. O *JN* defendeu também uma mulher presa pela polícia e acusada de bruxaria. A justificação para a defesa foi porque quando o repórter a foi entrevistar, ela revelou-se como uma mulher educada, mas que praticava o espiritismo. Os textos sobre esta temática não eram assinados, sendo mencionado o termo “colaborador”. Num deles podia ler-se: “Este espectro parou voltado para o Sr. S. parecendo encará-lo fixamente. Em seguida, estendeu para ele o braço direito, notando os assistentes que tinha a mão decepada. O Sr. S. estendeu os braços para o espectro e soltando um grito terrível, foi recuando para o fundo da sala, onde caiu sem sentidos.” (*Jornal de Notícias*, 10 de setembro, 1900). Foram vários os textos do mesmo autor e os relatos apresentados como factuais, sendo que o jornal recebeu uma admoestação e teve de se retratar.

As novas narrativas foram acompanhadas por uma maior inclusão de gravuras, sobretudo a partir do início do novo século. Houve uma clara mudança nas edições de domingo, em que as capas passaram a incluir mais imagens do que nos outros dias da semana. Muitas destas gravuras estavam relacionadas com temas de humor. As ilustrações foram, também, importantes em pequenas narrativas ficcionais de carácter frívolo. No campo da ficção, um dos elementos de conquista de públicos, mas também das temáticas mais sensacionalistas, pode-se referir os folhetins, que eram, em regra anunciados em vários números anteriores e cujos títulos e gravuras deixavam antever o pendor narrativo.

Na primeira década do século XX, o *JN* publicou também fotografias na capa, em regra, quando houve situações de valor-notícia muito forte, como as grandes inundações na zona ribeirinha, aquando da vista de D. Manuel II ou da revolução republicana, sendo publicadas as fotos dos líderes do movimento. Com o tempo, o uso desta nova técnica tornou-se mais comum e foi usado para notícias diárias ou outros tópicos, mas este seria um processo que implicou a transformação e modernização do jornal. Do ponto de vista gráfico, este diário sempre se caracterizou

por uma certa qualidade, o que proporcionava uma leitura agradável, com uma imagem atraente que acompanhou o tom claro das notícias.

Os jornais *Diário de Notícias* e *O Século* são também dois dos exemplos relevantes das transformações ocorridas em termos de desenvolvimento da imprensa noticiosa, ainda que a matriz editorial seja distinta e as intenções da criação de cada um deles, muito diferentes.

O *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português que se pode identificar com o conceito atual de matutino de informação geral de concepção empresarial, enquanto que o *Século* foi lançado com o propósito claro de propaganda política em favor da causa republicana. A escolha deste estudo recai sobre estes dois títulos, dada a sua relevância em termos de difusão e qualidade, mas também porque ilustram bem a inclusão da lógica noticiosa, a partir de matrizes fundacionais distintas.

O *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português bem-sucedido a surgir com os objetivos de sustentar a produção e difusão de notícias de interesse geral e dar lucro aos seus promotores por meio, sobretudo, da venda de espaço para publicidade e não tanto pelo produto das vendas nas bancas e das assinaturas. Lançado por Eduardo Coelho em sociedade com Quintino Antunes, em 1864, dos jornais deste período, juntamente com o *Jornal de Notícias*, mantém ainda a sua edição diária.

Constituindo uma rutura com o modelo vigente, o *DN* distinguiu-se por não pretender ser voz pública de um partido, por não querer ser conotado com qualquer tendência partidária, nem ser um veículo de informação especializada. Sempre se notabilizou pela independência política, pelo carácter generalista dos seus conteúdos e pela implantação de um modelo de negócio jornalístico que não apenas assegura lucro aos investidores como também permite ao jornal gozar de independência. Este diário mostrou que um projeto moderno, independente de jornalismo informativo generalista podia vingar no País. Provou ainda que, para sobreviver, um grande jornal necessitava de possuir um modelo de negócio viável, assente nas receitas da publicidade mais do que nas vendas, e uma organização de tipo empresarial.

Para o período aqui referenciado, 1900-1905, o *DN* manteve algumas das características da linha editorial da sua fundação. O noticiário era diversificado, as temáticas, regra geral, idênticas, e a dimensão dos artigos era também tendencialmente curta. Contudo, o *Diário de Notícias* parece ter tido necessidade de mudar esta abordagem, uma vez que vai passar a incluir notícias de maior dimensão e um formato idêntico à reportagem, que podia ser acompanhada de gravuras. Apesar de as notícias breves serem muito variadas, nota-se uma preponderância nas notícias do agendamento político-institucional, análise financeira, côrte, monarquia, etc.. A diversidade era dada pelas notícias locais, informação sobre o Porto e Coimbra e, com menos frequência, outras regiões do país. Notícias de crimes, julgamentos e outros *fait-divers* eram comuns.

Graficamente, o jornal não era muito interessante. Publicado com 12 colunas, a leitura não era fácil. As gravuras na capa limitavam-se a uma ilustração humorística, de fraca qualidade. Esta tendência foi patente nos números de 1900/1901, em que teve até períodos de pior imagem

gráfica. A partir de 1902, há uma clara intenção de tornar a primeira página mais atraente. As gravuras são usadas na ilustração dos debates das cortes ou de outros atos públicos. Em regra, eram incluídas as imagens dos oradores ou outros agentes da notícia, o que trouxe um maior dinamismo à agenda informativa. Incluem-se também muitas imagens femininas, em que o tema é a moda.

A inclusão da gravura no *DN* pode ser também entendida como uma relação com o valor-notícia e aqui, a diversidade temática parece ter acompanhado transversalmente as escolhas da agenda diária. A título de exemplo, o diário noticiou as cerimónias fúnebres de Almeida Garrett, com a gravura do seu retrato, bem como uma cronologia dos momentos mais relevantes da sua vida (*Diário de Notícias*, 3 de maio, 1903). A notícia de uma homenagem a Eça de Queirós foi igualmente publicada com imagem (*Diário de Notícias*, 3 de março, 1902). Estes acontecimentos foram tratados pelos dois jornais da capital.

As figuras da hierarquia social eram frequentemente notícia. Um acidente de charrete foi detalhadamente explicado: “Pelas nove horas e meia da manhã saiu de Cintra o Sr. Conde com sua filha D. Maria do Carmo Mello, em direção a Cascaes.” (...) “Alegre e descuidosa guiava o cavallo da «charrette-pannier», um bello vehiculo — um presente feito a D. Maria do Carmo por sua majestade a rainha, que muito a estimava -” (...) “Era o Sr. Dr. Pinheiro que quanto à feliz menina apenas pode confirmar o óbito, e que ao sr. Conde prestou os primeiros socorros, no que foi auxiliado pelo sr. dr. António Lencastre, que casualmente transitava no local.” (*Diário de Notícias*, 21 de setembro, 1902)

Das inúmeras notícias de figuras relevantes para este período, podemos destacar a morte da rainha Vitória de Inglaterra (*Diário de Notícias*, 23 de janeiro, 1901). O jornal prestou homenagem à sua vida e obra, ilustrando-a com gravuras e follow-ups, nos dias seguintes. O *DN* optou também por um efeito de composição ao explicar as linhas de sucessão e identificação dos membros da casa real britânica. Aliás, a cobertura mais relevante deste período é justamente a da visita do Rei Eduardo VII a Portugal e também aqui a informação acrescida dá esse efeito de composição. As páginas relativas a este acontecimento jornalístico são graficamente muito apelativas, repletas de gravuras e do valor atualidade. (*Diário de Notícias*, abril, 1903)

O *Diário de Notícias* não publicava notícias apenas sobre as elites. Destacamos aqui uma notícia de sublevação social e um crime. “O Crime do Milharado” conta a história de criminosos (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901), que mataram três pessoas causando grande alvoroço na opinião pública: “não é menos certo que a prisão dos assassinos tem causado a maior alegria e satisfação em toda a gente”. O jornal optou por seguir a informação detalhada da investigação policial: “Também averiguou a policia de Lisboa que o Faustino dos Santos, ao chegar a Lisboa se associará com o taberneiro António Jorge (...), a quem dera 30\$000 para ficar interessado no negócio do vinho.” (...) O taberneiro contou que o Faustino tinha muito dinheiro “levava 6 libras em ouro...” A notícia incluiu gravuras dos criminosos, tendo o *DN* feito atualização, durante três dias.

A 17 de março de 1903, o diário começa uma série de notícias sobre uma sublevação em

Coimbra. Pelo texto, é também possível perceber que o diário tinha um correspondente na cidade. “Em virtude de serem exigidas licenças no mercado de D. Pedro pelos fiscais dos impostos, houve hoje ali uma «greve», excepto pelos vendedores de carne e peixe.” O conflito agravou-se e no número seguinte lia-se: “Os acontecimentos de Coimbra assumiram tal importância e gravidade, como não há memória entre os mais velhos.” No dia 19 o *DN* já noticiava a reposição da paz, e incluía gravuras dos retratos dos agentes da autoridade. A publicação de gravuras de pessoas envolvidas e follow-up nos dias seguintes em acontecimentos deste tipo revelam uma abordagem noticiosa moderna, comum já nos jornais deste período. Esta forma de noticiar foi desenvolvida em diferentes temáticas de sociedade, crime, política, etc..

O lançamento do diário *O Século*, em junho de 1880, obedeceu a uma matriz editorial que se enraíza na linha do jornalismo político-noticioso dominante em Portugal, um pouco à imagem dos elementos referenciados para o *Jornal de Notícias*. Na amostra aqui estudada, podem ser considerados dois momentos, a partir das características editoriais detetadas. Entre 1880-1896 o jornal segue o processo de afirmação do projeto republicano, sendo o seu diretor Sebastião Magalhães Lima. Com as mudanças ocorridas na propriedade da empresa, José Joaquim da Silva Graça, tornou-se o sócio maioritário, sucedendo a Magalhães Lima.

A nova direção acabaria por promover uma orientação editorial mais abrangente, capaz de agradar a diversos tipos de leitores. O jornal denotou também novos investimentos, onde se incluem novos suplementos, edições especiais e fora do âmbito do estudo, o lançamento de outras publicações. Esta administração acabaria por construir uma nova matriz, transformando o periódico num grande órgão de informação, embora sempre mantendo a orientação republicana. É neste período da viragem do século que o cabeçalho começa a ostentar: “o jornal de maior circulação em Portugal”.

Nos exemplares estudados nesta amostra, a variedade noticiosa é uma característica transversal. Nos primeiros anos a informação patente na primeira página confere um grande valor notícia às temáticas políticas, internacional e demais temas de relevância, como economia e editoriais de análise do momento político. Da agenda noticiosa, podem-se destacar os vários números sobre as eleições de dezembro de 1887. Este tema foi tratado sem qualquer preocupação de isenção. Toda a capa apelava ao voto, com o título a toda página “À urna pela lista republicana”, seguida de uma série de notícias, com subtítulos onde diversas temáticas tratadas segundo a perspetiva republicana, como “Aviso aos leitores”, “O caso Gaffarel” ou “Galopinagem”. Nesta última, a polícia era o centro da notícia: “A policia de Lisboa está toda recenseada, apesar de que a lei não lhe dá direito para votar. São mais de 600 polícias com que o governo conta.” (*O Século*, 15 de dezembro, 1886). Este tipo de agendamento foi repetido noutros números, nas eleições do ano seguinte.

O noticiário internacional deste período seguiu uma orientação do mesmo tipo. As notícias dos regimes monárquicos eram dadas em tom crítico, enquanto que a França, uma república, além de ser muitas vezes chamada à capa, era tratada com cores mais favoráveis. No número

de 4 de dezembro, 1887, a primeira página tratava do resultado da eleição: “O novo presidente da República Francesa”, com os resultados em subtítulo, como se de um lead se tratasse. O tom apologético está presente em todo o artigo. Apesar das críticas ao regime, a França, segundo *O Século*: “acaba mais uma vez de mostrar o seu patriotismo e o desinteresse pessoal de cada um dos seus membros. (...). Registamos com o mais vivo júbilo esta última e incontestável demonstração da força da República.” (*O Século*, 4 de dezembro, 1887).

A chama republicana surgia em artigos anticlericais, mas também em notícias de sociedade. Tal é o caso da Febre Amarela e as medidas preventivas tomadas nesse sentido. Em 11 de julho de 1887, o jornal escreve criticamente sobre o furo da quarentena em relação a um navio chegado do Brasil. A crítica à falta de cumprimento dos serviços públicos toca temas como o policiamento, o crime, a saúde pública, e embora reportando os factos das notícias há sempre o enquadramento das falhas do sistema político ou administrativo.

A influência de Silva Graça fez-se sentir na transformação do jornal, sendo de realçar a inclusão da reportagem acompanhada de ilustrações. Claramente, são as edições dominicais que compreendem a maioria dos assuntos “pintados” com gravuras. As temáticas são muito diversas, como as “Cheias do Tejo” (*O Século*, 24 de março de 1895) Outro dos exemplos deste período é “O serviço de incêndios no Porto”, que, curiosamente, é publicado na página 3. Esta reportagem tem grande valor notícia, dado o grande número de incêndios urbanos registados e a pouca capacidade de resposta das corporações. (*O Século*, 15 de janeiro, 1895)

As grandes reportagens correspondem a excelentes composições de texto e gravura sobre temas internacionais, quer ilustrativos de realidades geográficas diferentes, quer de agenda de atualidade como a Guerra dos Boers ou Guerra dos Boxers. Mas as gravuras foram incluídas noutros acontecimentos, quer de “soft-news”, quer de atualidade, como crimes ou incêndios.

*O Século* passaria também a publicar mais notícias de “interesse humano”. Os crimes que envolvem emoções eram alvo de tratamento mais cuidadoso e outras temáticas de sociedade fizeram também a sua aparição. Esta orientação editorial passa a ser a regra até à viragem do século, o que de alguma forma representa a adequação do jornal aos tempos modernos. As notícias de criminalidade são uma contante, com evidente domínio dos crimes passionais, descritos com profusão de pormenores, apresentados em “follow-ups”, com atualização e elementos explicativos. Destas, uma temática de internacional apresenta um apelo emotivo evidente. Em “Carta de Paris”, o correspondente do jornal contava que: “estão expostas sobre as pedras de mármore da Morgue os cadáveres de duas meninas, que foram encontradas nas proximidade da ponte de Suresnes, no Sena.” (*O Século*, 10 de abril, 1895). A notícia foi ilustrada com duas gravuras das bebés.

Outra das novidades em termos noticiosos são os destaques de figuras públicas, fora do círculo político. O diário fez um “follow-up” sobre uma senhora da sociedade, a escritora Juliette Adam, que visitou Lisboa em abril de 1895. Em 15 de abril o jornal conta que a senhora foi recebida por jornalistas e escritores, entre eles Magalhães Lima. O texto conta com pormenores as

figuras da sociedade lisboeta que estiveram presentes. Para além destas notícias de atualidade e atividades de lazer, este diário fez edições de homenagem a personalidades como João de Deus, Eça de Queirós e Elias Garcia.

### Conclusões

Os exemplos dos jornais portugueses aqui apresentados, de alguma forma espelham o marco teórico em que o jornalismo noticioso se desenvolve, a nível internacional, neste período de implantação da imprensa empresarial e informativa. Os elementos mais tradicionais e prevalência de linhas editoriais mais conservadoras confirmam estes processos de transformação com cronologias diferentes, bem como os contextos específicos que promoveram a implantação e popularidade deste tipo de jornalismo, em Portugal, na viragem do século XIX e década seguinte.

Os diários estudados na transição do século XIX denotam as transformações em que o *Diário de Notícias* foi pioneiro. As matrizes editoriais da fundação foram determinantes no lançamento e evolução de *O Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *O Século*. Eventualmente, todos integraram os elementos do jornalismo noticioso e empresarial, mais evidente neste último e no *JN*, uma vez que o *DN* tinha já essa configuração. É interessante notar na análise das notícias, como os elementos da factualidade diária vão ganhando cada vez mais espaço de impressão, em detrimento da agenda política. De realçar ainda, no caso do *Jornal de Notícias*, os elementos característicos do jornalismo popular, típico deste período, enquanto tendência editorial da imprensa internacional.

## Bibliografia

- Bessa, A. (1904). *O jornalismo*. Viúva Tavares Cardoso.
- Campbell, W. J. (2001). *Yellow journalism: picturing the myths, defining the legacies*. Praeger Publishers.
- Carqueja, B. (1934). *O Comércio do Porto ao completar 80 anos*. O Comércio do Porto.
- Cawley, A., Lima, H., Kruglikova, O. & Birkner, T. (2019). The “new” newspapers: the popular press in Britain, Portugal, Russia, and Germany, from late 1800s to early 1900s, in K. Arnold, P. Preston, S. Kinnebrock (Eds.), *The Handbook of European Communication History* (pp. 221-238). Wiley Blackwell.
- Conboy, M. (2006). *Tabloid Britain: Constructing a Community Through Language*. Routledge.
- Cunha, A. (1914). *O Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*. Diário de Notícias.
- Cunha, A. (1941). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Academia de Ciências de Lisboa
- Curran, J. & Seaton, J. (1994). *Power without responsibility: the press and broadcasting in Britain*. Routledge.
- Esser, F. (1999). Tabloidization of news. A comparative analysis of Anglo-American and German press journalism. *European Journal of Communication*, 14(3), 291-324. <https://doi.org/10.1177/0267323199014003001>
- Franco, G. (1993). *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. INCM — Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuguesa e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- Lima, H. (2017). A evolução editorial do *Jornal de Notícias* e a inclusão de elementos de jornalismo popular. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 1, 23-34. [http://revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20170909-helena\\_lima.pdf](http://revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20170909-helena_lima.pdf)
- Mclachlan, S. & Golding, P. (2000). Tabloidization in the British Press: a quantitative investigation into changes in British newspapers 1952-1997, in C. Sparks, J. Tulloch (Eds.), *Tabloid tales: global debates over media standards* (pp. 75-90). Rowman and Littlefield Publishers.
- Patterson, T. E. (2000). *Doing well and doing good: how soft news and critical journalism are shrinking the news audience and weakening democracy — and what news outlets can do about it*. Harvard University Press.
- Sousa, J. P. (2016). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910, in Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A., Barbosa, M. (orgs.), *Uma História da Imprensa Lusófona. Brasil-Galiza-Imprensa Colonial Portuguesa* (pp. 13-210). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (coord.). (2010). *O pensamento jornalístico Português: das origens a Abril de 1974*. Livros LabCom. <http://labcom.ubi.pt/livro/12>